

A construção de um objeto histórico: A economia política da globalização

Bernardo Kocher

Aportes, Revista de la Facultad de Economía, BUAP, Año X, Número 28, Enero - Abril de 2005

Esta comunicação pretende analisar as dificuldades no uso social da expressão “globalização”, de ampla difusão nos meios de comunicação e na bibliografia, a partir dos anos noventa.

Constata-se que o senso comum define a expressão de forma desestoricizante e a-política, considerando apenas aspectos pontuais e circunstanciais que são aglutinados na análise dos fatos econômicos contemporâneos. Presume-se mais do que se tem certeza acerca de um significado preciso para o que venha a ser globalização.

A partir de um campo de saber clássico, a economia política, procura-se delimitar as bases históricas, sociais, políticas e ideológicas da “globalização, lançando mão das categorias “mercado”, “tempo” e “práxis”.

La construcción de un objeto histórico: La economía política de la globalización

Este artículo pretende analizar las dificultades en el uso social del concepto “globalización”, que ha tenido una amplia difusión en los medios de comunicación y en la bibliografía, a partir de los años noventa.

Según los diccionarios comunes definen el concepto de forma desigual y a-política, considerando apenas aspectos puntuales y circunstancias que están aglutinadas en análisis de datos económicos contemporáneos. Se presumen más de lo que se tiene certeza acerca de un significado preciso para lo que verdaderamente es la globalización.

A partir de un campo de saber clásico, la economía política, procura delimitar una base histórica, social, política e ideológica de la “globalización”, dándonos más categorías como “mercado”, “tiempo” y “praxis”

The construction of an historical object: The political economy of the globalisation

This article tries to analyze the difficulties in the social use of the concept «globalisation» that has had an ample diffusion in the mass media and the bibliography, from the Nineties. According to the common dictionaries they define the concept of unequal and non-political form, considering precise aspects and circumstances that are agglutinated in analysis of contemporary economic data. There are presumed but of which it is had certainty about a precise meaning for which truly is the globalisation. From a field of classic knowing, the political economy, tries to delimit historical, social, political and ideological base of the “globalisation», giving more categories like «market», «time» and «praxis»

O uso social do termo “globalização”

A dificuldade na caracterização do tema. Quando começa a globalização?

Pertence à década de noventa deste “breve século xx”, na feliz acepção de Hobsbawm ao caracterizar esta centúria [Hobsbawm, 1995], a tarefa de se defrontar com transformações materiais, políticas e sociais tão intensas que chegou-se a pensar que as bases das ciências sociais estabelecidas pelos “clássicos” perderam a sua capacidade heurística na explicação dos fundamentos da organização social contemporânea.¹

Tamanho o grau de dificuldade para o enfrentamento da crise dos paradigmas científicos que mesmo a expressão mais esmerada criada para definir toda as transformações ora em curso —a globalização—, não consegue ela mesma ser utilizada de forma objetiva. É comum que seja atribuído ao seu significado um processo histórico que antecede ao início do seu uso social, ocorrido no início da década de noventa. Diz-se com freqüência, por exemplo, que tal ou qual fenômeno acontecido nos anos cinquenta já manifestava a globalização; e isto ocorria antes mesmo da existência da própria globalização!!!!

¹ O professor Otacvio Ianni assim se refere a este problema: “A globalização desafia radicalmente os quadros de referência da política, como prática e teoria. Há categorias básicas da ciência política que parecem ter perdido a vigência ou estão necessitando de reelaboração.” [Ianni, 1998: 17].

São constantes os exemplos divulgados pelos meios de comunicação de análises que procuram arrebatam qualquer significado para a globalização afim de justificar as intenções de agentes sociais interessados em imprimir uma interpretação própria ao que pensam que esta expressão represente. No mais das vezes estão ligadas à defesa do livre mercado, à desestatização da economia, à permissividade na desregulamentação do mercado de trabalho, etc.

Constatamos de forma inequívoca *aprofunda dificuldade da apropriação social do termo globalização*.

A insistência de que a expressão globalização contém algo de falacioso

Uma das principais versões da globalização provem dos seus críticos contumazes. Estes insistem na caracterização do termo como sendo algo falacioso, uma estratégia de dominação do capital sobre a sociedade. Vejamos, a título de exemplo, a seguinte afirmação acerca do assunto:

«Um relatório das Nações Unidas afirma que os países não podem fazer nada diante da força avassaladora da globalização. É um erro. Não somente podem, como devem lutar contra isso, porque a globalização não é o caminho para o crescimento da América Latina», advertiu o cientista político, acrescentando: «A globalização está longe de ser um processo avassa-

lador que não se pode enfrentar. A América Latina não deve capitular.»²

Esta *dicotomia* (a de que a globalização pode ser pensada como sendo evitável, em contraposição com a opinião de que ela é um processo sem volta) é apenas uma das muitas que podemos encontrar nos meios de comunicação e na bibliografia acerca do assunto. Forma-se, assim, um conjunto de *dicotomias* iniciais que nos ajudam a penetrar no universo das explicações possíveis sobre o fenômeno da globalização. Algumas delas apontam que a globalização poderia ser: desejável ou indesejável, reversível ou irreversível, satisfatória ou insatisfatória; fenômeno recente x fenômeno histórico; fenômeno global x fenômeno local; homogeneizadora x diversificadora (em termos sociais, políticos e culturais); inclusiva x exclusiva (em termos sociais)..

Tais dicotomias podem aparecer nas análises mesclando aspectos distintos dos pares apontados acima. Ou seja, um analista pode considerar a globalização como sendo algo indesejável (o que o aproximaria dos críticos) mas, ao mesmo tempo, tratá-la como um processo irreversível (sendo este um argumento “forte” dos apologistas).

A despolitização do processo histórico e econômico inerente à globalização. A possibilidade de “repolitização” do tema da globalização.

Notamos que as perspectivas iniciais apontadas até aqui introduziram o tema da globalização mas simultaneamente “desestorizaram” a sua análise. Ela ainda parece

pertencer a algo que “apareceu” como uma tábua de salvação, tanto no interior da ciências sociais quanto na vida social, para rapidamente ocupar um “lugar vazio”. Mesmo quando as análises históricas apontam para um processo de “longa duração”, na qual a globalização necessariamente deve ser pensada, cria-se um espectro tão amplo de demonstração da pertinência histórica do termo que a própria historicidade deste perde-se em meio a “outras globalizações”!! Vejamos um exemplo desta situação:

(...) a globalização contemporânea pós muro de Berlim é apenas uma retomada de tendência após um longo interregno coletivista. Nos séculos 15 e 16 houvera a globalização geográfica, com as grandes descobertas das Américas e dos novos caminhos para a Índia, China e Japão.

Mais remotamente ainda, no começo deste milênio, houve a maior de todas as globalizações, a formação do Império Romano. O latim se tornou a língua franca de todo o mundo civilizado de então; o «denarium» foi uma espécie de moeda única; o direito romano passou a moldar as instituições jurídicas da época; e os engenheiros de Roma desenvolveram e exportaram a tecnologia de infra-estrutura (aquedutos, portos e estradas).

Setorialmente, houve também várias globalizações. A globalização «cultural», pela hegemonia da cultura helenística do século V a.C. até o século II d.C. A difusão dramática do cristianismo foi uma espécie de globalização «religiosa» [Campos, 1998].

Sinteticamente, podemos dizer que a eclosão da temática da globalização pro-

² Esta opinião é a do economista Ignacy Sachs, retratada no artigo “Amigo francês de Fernando Henrique condena a globalização”.

duziu uma avalanche de associações entre temas e aspectos pontuais da análise política e econômica que alcançaram diversas formas explicativas. Nossa proposta de reflexão, como se verá adiante, pretende reunir estas partes e construir em torno da ótica histórica da “economia política” uma reflexão integradora sobre o tema da globalização. Neste processo procuraremos apontar as bases do funcionamento da economia globalizada a partir do *mercado*, do *tempo* e da categoria gramscianiana de *práxis*.

A semelhança da questão da globalização com o “imperialismo”.

Indiscutivelmente é ao tema do imperialismo, de larga difusão em fins do século XIX e início do atual, que a referência da globalização recolhe os melhores frutos em termos de conteúdos e reflexões que possam ser utilizados para pensar o tempo presente. Em muitos aspectos (excetuando-se basicamente o processo colonial) o processo concreto da globalização é similar ao do imperialismo.

Hoje, tal como no século XIX, o fluxo de capitais, principalmente sob a forma financeira, atravessa as barreiras dos Estados Nacionais para serem investidos em atividades complementares às economias capitalistas mais desenvolvidas. A problemática em si, sintetizada de forma “despolitizadora” do seu conteúdo intrínseco na expressão “imperialismo” —dando a impressão de que o processo colonial era a expressão da expansão das fronteiras do capital— ganhou foros de unanimidade de sua importância no final do século. Segundo Eric Hobsbawm:

(...) não há dúvida de que a palavra “imperialismo” passou a fazer parte do vocabulá-

rio político e jornalístico nos anos 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial. Ademais, foi então que adquiriu a dimensão econômica que, como conceito, nunca mais perdeu. Eis por que são inúteis as referências às antigas formas de expansão política e militar em que o termo é baseado. (...). A palavra (que não figura nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava — para citar um dos primeiros deles, o liberal britânico J. A. Hobson — “na boca de todo mundo... e [era] usado para denotar o movimento mais poderoso na política atual do mundo ocidental. [Hobsbawm, 1988: 92].

O processo de construção da análise do assunto à época revelará questões substantivas que, em nosso entender, deverão ser resgatadas para o contemporâneo tema da globalização. Seguindo ainda Hobsbawm, que constata que a expressão “imperialismo” tornou-se pejorativa no correr do debate [Hobsbawm, 1988: 93] —o que esperamos não ocorra com a nossa problemática atual— os campos opostos da acirrada discussão limitaram-se, àquela altura, aos marxistas (que associaram o tema à aspectos econômicos) debatendo com os não-marxistas (que se detiveram “em argumentos de ordem psicológica, ideológica, cultural e política” [Hobsbawm, 1988: 94]).

Finalmente, para os termos do presente trabalho, o desenvolvimento da análise do imperialismo impôs uma articulação essencial: o imperialismo demandava uma vincu-

lação com o terreno do político em termos de ações concretas dos Estados Nacionais em direção ao processo colonial e/ou de investimentos no exterior que eram viabilizados por transformações no interior destes mesmos Estados Nacionais. Acompanharemos mais uma vez Hobsbawm quando este lembra que o capitalismo na era do imperialismo foi constituído por uma “pluralidade de “economias nacionais” rivais “protegendo-se” umas das outras” [Hobsbawm, 1988: 104].

É sobre esta articulação entre o econômico e o político que pautaremos uma reflexão que suporte uma análise sobre a globalização.

A economia política como forma de compressão histórica do fato econômico

O nascimento da “economia política”.

Em termos de importância para a compreensão da globalização o campo do conhecimento definido como *economia política* é um saber crucial. Sua origem pode ser encontrada, em primeiro lugar, na consolidação material da “economia mercantil-capitalista” [Belluzo, 1987: 13] em fins do século XVIII, junto com o advento da Revolução Industrial. O funcionamento desta nova estrutura econômica trouxe a necessidade da busca do dimensionamento das trocas realizadas no mercado. Definir a economia política como uma espécie de “ciência das trocas” ou das “equivalência entre mercadorias” que se realizam no mercado é uma primeira abordagem.

A consolidação do modo de produção capitalista teve como correspondente no âmbito das explicações sobre o seu funcionamento a consagração da economia política como uma ciência específica. A econo-

mia política é, assim, uma reflexão das bases exclusivamente materiais da nova sociedade que introduzirá uma conceituação abstrata para compreender a natureza das trocas: o *valor*. Este conceito será a temática central desta nova área de conhecimento. Como apontou com propriedade Luiz Gonzaga Belluzo:

A determinação do valor de troca ou do valor relativo das mercadorias passaria, assim, a se constituir no passo mais importante da caminhada em busca da revelação do caráter natural da nova sociedade. [Belluzo, 1987: 13]

A importância conceitual da economia política é, em segundo lugar, devida ao fato deste conhecimento estar inserido, no seu nascimento, no contexto da racionalidade científica que a maior das revoluções intelectuais da era moderna —o Iluminismo— construiu.

A essência de uma nova forma de criação do saber funda-se na análise racional das bases sociais e produtivas da acumulação de capitais privados, em profunda contradição com a metafísica religiosa e com as instituições estatais que davam vida a esta. Dizemos “forma” uma vez que os melhores analistas nos indicam que a ruptura da base cartesiana —em favor do modelo newtoniano— não introduziu um novo pensar, apenas estruturou novos métodos de fazê-lo.³ Fixou-se, assim, o nexos de ligação entre a “nova” ciência e as formas pretéritas de entendimento do conhecimento. A grande mudança foi no sentido de criar uma racio-

³ Cf. para este ponto Cassirer [1992], Falcon [1986] e Desné, [1974: 41-107].

nalidade que não se rende à verdades preestabelecidas —algumas delas religiosas, como é o legado da Revolução Científica do Século XVII—, colocando a razão como uma construção sem *a priori*. A resultante final é a valorização da experiência individual do observador.

Aproximando-nos do conteúdo intrínseco da economia política, diríamos que ela tem uma preocupação acentuada com as formas de alcançar a criação e ampliação da prosperidade econômica. Os indivíduos, principalmente, mas também o Estado e o Rei, são alvo das “fórmulas” da economia política para alcançar abundância. Voltaire se referiu sobre esta preocupação da seguinte forma:

O que é um Estado rico e bem econômico? É aquele onde todo homem que trabalha está seguro de uma fortuna condizente com a sua posição, começando pelo rei e terminando pelo serviçal. [Dicionário Filosófico, 1978: 160]

Tal generosidade não é, no entanto, abstrata. Ela provém da materialização concreta e histórica na qual a economia política foi inicialmente pensada e desenvolvida, o Estado Nacional. Pensar economicamente, distribuindo a prosperidade, foi uma manifestação da perspectiva de alcançar uma quantidade adequada de bens necessários à economia de um Estado Nacional. Neste sentido, todas as possibilidades são ponderadas por indivíduos afligidos pela instância na continuidade do crescimento econômico sob bases capitalistas, já que não se concebia nenhuma teoria explicativa acerca do comportamento cíclico da economia. Recorreremos novamente a Voltaire para

mostrar como a economia política recom põe no seu interior qualquer possibilidade analítica desde que a expansão econômica seja o objetivo final.

Um bom país restabelece-se sempre por si mesmo, por pouco que seja toleravelmente governado; um mal só pode enriquecer graças a uma engenhosidade extrema e feliz. [Dicionário Filosófico, 1978: 161]

Na economia política mercado e conhecimento do mercado percorreram uma mesma direção: começam com sua existência limitada a uma mera economia de trocas simples propiciadas por características internas do feudalismo e com o funcionamento restrito às possibilidades aí firmadas. Com a consolidação do modo de produção capitalista no século XVIII novos fatores produtivos se agregaram ao mercado, sem, no entanto, destruí-lo. A partir de então o mercado passou a ser conjugado como um complexo de elementos que, independentes na aparência, possuem unidade no conteúdo.

Tamanha a importância que assumiu a vinculação entre mercado e valor de troca das mercadorias que, por vezes, até mesmo a perspectiva científica ficará prejudicada. A economia política aparecerá muitas vezes como uma espécie de intenção ou um projeto ideológico do modelo ideal de funcionamento econômico mais do que uma análise lógica dos fatos econômicos. Esta última característica foi, aliás, a gênese deste campo de conhecimento. Deve-se, no entanto, ressaltar que um dos aspectos mais relevantes da economia política será a sua forma eternamente *propositiva* de analisar o fato econômico. Ao mesmo tempo em que obser-

va e explica o autor define um caminho desejável de se alcançar a prosperidade econômica. Mesmo naqueles pensadores que não formularam um programa explícito nesta direção nota-se que a ânsia de construir políticas embasadas nas análises realizadas é flagrante.

Não seria, então, um exagero afirmar que todo conhecimento econômico se deu *a partir* do proceder típico do intelectual Iluminista. A contribuição mais absoluta e fundamental para definir o Iluminismo como uma fonte para a formação da economia política está na compreensão desenvolvida neste momento da “historicidade” da existência social do mundo habitado pelos homens. O rompimento nesta direção se deu pela absorção da *relatividade* dos fenômenos a serem observados. A construção do conhecimento não mais seria balizada pela totalidade religiosa pré-definida mas pela experimentação, logo pela comparação. Ao mesmo tempo, a historicidade era um resgate de algo que até então estava escondido dos olhos dos observadores, e que a partir daquele momento de profundas transformações na consciência humana podia ser compreendido.⁴

Assim, o sentido histórico é fundado pela consciência de transitoriedade da realidade, pois ela é mutante. Contraditoriamente tal transitoriedade se esgota justa-

mente com o advento do Iluminismo. Tudo seria possível se e através das luzes. Nada mais caberia aos descendentes do homem do século XVIII.

Esta presunção foi a expressão máxima das potencialidades de cognoscibilidade possíveis naquele momento. A historicidade criada e desenvolvida pelo Iluminismo contem, em suma, a seguinte ambigüidade: ao mesmo tempo em que ela é fruto da evolução da consciência da capacidade do homem compreender a realidade ela também se constitui em algo *absoluto*, ou seja, em si. Isto reduz toda lógica histórica conquistada a uma exclusividade do momento. Seria um “máximo possível” alcançado exclusivamente pelo Iluminismo. Analisando este aspecto da questão o professor Francisco Falcon avalia tal limitação da concepção histórica desenvolvida pelo Iluminismo da seguinte forma:

(...) a história teve uma importância e ocupou um lugar ainda hoje dos mais controvertidos na filosofia das Luzes. Ela está de tal maneira colada nos principais valores da ideologia ilustrada que se torna difícil avaliá-la sem emitir ao mesmo tempo um juízo de valor sobre aquela filosofia. Ocorre que esta última, enquanto expressão global da mentalidade ilustrada aparece simultaneamente anti-histórica e inseparável da história. Inseparável da história na medida em que a teoria do progresso, a noção de um avanço cultural já conseguido e em desenvolvimento contínuo implicam numa certa dimensão histórica aplicada à perspectiva humana; anti-histórica porque sua visão do passado da humanidade e sua própria inserção no fluxo da história aparecem indissoluvelmente ligadas a um evolucionismo e

⁴“Todo o século XVIII está impregnado dessa convicção: acredita que na história da humanidade chegou finalmente o momento de arrancar à natureza o segredo tão ciosamente guardado, que findou o tempo de deixá-la na obscuridade ou de se maravilhar com ela como se fosse um mistério insondável, que é preciso agora trazê-la à luz fulgurante do entendimento e penetrá-la com todos os poderes do espírito.” [Cassirer, 1992: 78]

uma teleologia que chocam sobretudo ao historiador das épocas posteriores. [Falcon, 1982: 125-126]

Para o desenvolvimento da economia política a historicidade alcançada foi um marco, pois toda a conceituação de valor será baseada nesta dimensão da observação dos fenômenos. Note-se ainda que, podemos concluir que havia também uma rica concepção de *tempo* desenvolvida pelo Iluminismo: o tempo anterior ao século XVIII é seguido pelo advento das “luzes”. Neste momento são esgotadas todas as possibilidades de avanço social, ficando o futuro condicionado às conquistas materiais e intelectuais que o Iluminismo definiu. Passado, presente e futuro ficam, assim, “alinhados” e “centrados” no século XVIII.

A economia política carreará para seu interior a percepção histórica avaliada acima bem como seus limites e ambigüidades.

A conseqüência mais cara ao desenvolvimento de uma concepção histórica a partir do Iluminismo —e repetimos enfaticamente, com todas as conseqüências aplicadas ao desenvolvimento da economia política—, está no fato de que se a intervenção individual do homem é capaz de alterar o curso dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que tal ação só ocorrerá no espectro de um destino já previsto pela razão, a única possibilidade de coadunar o ponderável com o absolutamente certo está na *evolução contínua*.

O *progresso* como pressuposto é uma constante em todo o Iluminismo. A tendência geral é compreender o desenvolvimento da sociedade a partir da transformação do contato primário dos homens entre si, e destes com a natureza, em uma organização

social complexa e diversificada que superou a igualdade espontânea. De uma forma genérica esta era a “sociedade natural”. A partir de então o desenvolvimento social evoluiu linearmente até as sociedades modernas. Se incorporarmos no interior desta premissa a manifesta decisão de incluir no campo econômico *o mercado* como um elemento desejável de manifestação e funcionamento da atividade econômica, veremos que o pensamento econômico também está altamente influenciado pelas mesmas condições de cognoscibilidade. Vejamos, por exemplo, a análise que Adam Smith realiza da lógica do mercado em relação ao equilíbrio entre oferta e procura de mercadorias.

A quantidade de toda mercadoria trazida ao mercado naturalmente adequa-se à demanda efetiva. É de interesse de todos os que empregam sua terra, trabalho, ou estoque, e que levam qualquer mercadoria ao mercado, que sua quantidade nunca exceda a demanda efetiva; e é o interesse de todas as outras pessoas que ela nunca caia aquém dessa demanda. [Smith, 1986: 48]

Percebe-se na citação acima que o mercado aparece como um horizonte que naturalmente sempre atingirá no futuro um ponto de equilíbrio.⁵ Todos os participantes

⁵ Vejamos neste sentido a seguinte afirmação do autor: “O preço natural é como se fosse o preço central, em torno do qual os preços de todas as mercadorias estão continuamente gravitando. Acidentes diversos, por vezes, podem mantê-los suspensos muito acima deles, e por vezes os forçam um tanto abaixo. Mas quaisquer que sejam os obstáculos que os impedem de se estabelecer neste centro de repouso e continuidade, *estão sempre tendendo para ele.*” [Smith, 1986: 49] Esta citação possui o

deste contexto sabem que o mercado, mesmo não estando ainda em condições normais de funcionamento, alcançará a estabilidade. Esta é a transposição da racionalidade histórica alcançada pelo Iluminismo para o interior da teoria econômica. *O equilíbrio de mercado é uma espécie de catarse que, tal como as “luzes”, está no horizonte do analista. Através dele será efetivado um destino manifesto.*

Finalmente, afirmamos que o procedimento na análise de um fenômeno como a globalização através da economia política estabelece que a base do ofício do historiador é compreender estritamente a lógica na qual a tessitura da conjuntura histórica se construiu. Tal como os Iluministas —que consagraram a economia política para a posteridade— a observação lógica dos fatos não subtrai do analista a aspiração de intervir na realidade. Mas, de forma distinta, não pretendemos consagrar o mercado como *locus* exclusivo de realização e interpretação da economia. Este foi definido no interior do Iluminismo como um ordenamento lógico, normal e aceitável da vida econômica da sociedade, consolidando uma forma trivial de entendê-la. Neste sentido, e somente neste momento, não estaremos aliados ao Iluministas. Mas, inspirados no seu exemplo, construiremos uma economia política própria.

Economia política → economia + política ?
Uma vez esboçados os elementos mais íntimos do processo histórico de construção da

duplo significado de demonstrar: a) a idéia de equilíbrio de mercado está associada a um futuro indeterminado mas certo; e, b) a natureza da estrutura de preços que se exposta às leis de mercado tenderão a deflacionar.

economia política devemos procurar extrair desta dinâmica as conseqüências diretas da sua existência no interior do processo de globalização.

O traço mais marcante neste sentido é o da falta de equilíbrio entre a dimensão econômica em relação a política. Este fenômeno ocorre devido ao fato de que a “refundação” do mercado como proposta de gestão macroeconômica face à crise econômica dos anos 70 “deslocou” a ênfase da análise histórica do processo econômico para o estritamente econômico, “despolitizando-a”. Não obstante, será no terreno da política que se farão as principais mudanças em direção ao “mercado que constrói a globalização”.

O problema central a que nos propomos enfrentar é a superação das deficiências das utilizações tradicionais sobre o tema que não possuem em si e por si a capacidade de explicar a realidade materialmente concreta de inúmeros fenômenos que, *uma vez assentados na ideologia liberal do livre mercado constroem relações concretas que negam esta mesma ideologia.*

A globalização não é uma *idéia fim*, mas sim uma *idéia meio*. Ela deve ser pensada como um processo que possui características extremamente *complexas* e, indiscutivelmente, é *incompleta* (pelo menos até o presente momento). Supõe-se mais do que se tem convicção certa do que realmente representa uma economia globalizada. Não obstante, utiliza-se fartamente a expressão “globalização” como um *explicador*, antes mesmo de se definir o que ela representa. Sempre existem dúvidas sobre o que o que venha a ser a globalização; mas, simultaneamente, utiliza-se recorrentemente esta categoria para avaliar os fatos econômicos contemporâneos.

O termo é produto da alocação do fato econômico no interior de um conjunto de questões pontuais que se desenvolvem através de um processo de explicação “autônoma” da economia. Neste momento a economia política transforma-se tão somente em *economia*, fazendo com que os nexos *sociais e históricos* que deveriam caminhar juntos fiquem perdidos em função da construção “autônoma” do fato econômico.

Por uma economia política da globalização
A globalização é, numa primeira abordagem, um movimento novo de um processo antigo. Neste sentido apontaremos três definições sobre o que supomos ser a economia política da globalização. A primeira delas é dada abaixo.

1ª DEFINIÇÃO: a economia política da globalização tem como função abordar o movimento de formação do MERCADO MUNDIAL a partir da construção do próprio capitalismo, e não da simples formação da economia globalizada!

Diríamos que a globalização não explica a globalização, mas, antes, o capitalismo é quem explica a globalização!

No *senso comum* a globalização significa:

- livre-mercado;
- livre-mercado entre as nações;
- livre fluxo de capitais;
- livre fluxo de mão-de-obra (mais admitida do que praticada, pois a mobilidade da força de trabalho ocorre em escala bem menor do que o fluxo de capitais);
- hegemonia do consumidor no processo econômico;
- telecomunicações e informática am-

plamente desenvolvidas aproximam os indivíduos, tomados genericamente como consumidores;

- inglês como língua amplamente utilizada para a comunicação entre indivíduos que pertencem a culturas distintas;
 - dólar como moeda hegemônica na construção de uma “lei de valor” de intercâmbio entre mercadorias produzidas em Estados Nacionais diferentes (e com as respectivas “leis de valor” distintas) tendendo a se igualar à preponderância neste mesmo mercado mundial representada pelo dólar norte-americano;
 - que o processo produtivo é subestimado (é “dado”) e está se globalizando, acompanhando as tendências macroeconômicas como um todo (prefere-se neste caso, a interpretação do processo produtivo como tendo uma forma similar de expressão da globalização, ou seja, a indústria “flui” através dos espaços nacionais tal como o capital de uma forma em geral);⁶
 - a inevitabilidade do processo.
- Estas idéias representam sinteticamente:
- a hegemonia do mercado sobre a intervenção e/ou o planejamento econômico realizado pelo Estado;
 - a predominância do capital sobre o trabalho na determinação dos elementos constitutivos do “valor agregado” dos bens e serviços produzidos;
 - a negação do trabalho (e, consequentemente, do sindicalismo e de outras

⁶ Fica constantemente obscurecido o fato de que após 1945 a indústria foi globalizada, antes mesmo da atual globalização do capital financeiro.

formas de vida associativa da classe operária) como forma de compreensão deste mesmo “valor agregado”;

- a restauração da hegemonia dos Estados Unidos da América na economia mundial, capaz de produzir um padrão de estruturação da globalização, malgrado a Alemanha e, principalmente, o Japão também possuam elementos de ampla inserção neste processo.

O conjunto de formulações gerais apontadas acima sobre a idéia do que venha a ser a globalização pertencem ao escopo exclusivo da ótica do que chamamos de “*ideologia da globalização*”. Elas são insuficientes para explicar a própria globalização porque:

- hipervalorizam o *mercado* como *locus* de realização econômica;
- hipervalorizam o *consumidor* como determinante do processo econômico;
- hipervalorizam a *circulação de mercadorias e de capitais* como meio de consolidação da globalização;
- subestimam o *papel do Estado Nacional* no processo, já que o Estado como instituição reguladora da economia é tomado abstratamente como intervencionismo, o que imprime nas análises um esvaziamento deste agente como elemento formador do próprio mercado mundial;
- subestimam (e até mesmo anulam) o papel da *produção* como forma de estruturação do mercado mundial ao atribuir ao caráter social da produção à metáfora da “sociedade pós-industrial”;
- subestimam (e até mesmo anulam) o papel do *trabalho* como forma de estruturação do mercado mundial na

medida que admitem o “fim da classe operária”.

A Historicidade do Objeto através da Economia Política do Capital Financeiro: Mercado, Valor das Mercadorias, Tempo.

A observação da primeira definição sobre a pertinência da globalização no interior da economia política nos leva diretamente à perspectiva da vinculação da globalização a uma “continuidade ampliada” de uma prática constante do modo de produção capitalista. Esta foi se desenvolvendo desde a colonização promovida pelo capital comercial nos séculos XVI a XV, transformando-se radicalmente na economia política do imperialismo, momento em que os principais elementos do atual processo de globalização fundaram-se. Finalmente ganharam uma dimensão mais precisa de funcionamento após a 2a. Guerra Mundial, quando a economia política do welfare-state montou todos os elementos que constituem a atual problemática da globalização. Será no que chamamos de “economia política do welfare-state” que aparecerão os elementos mais íntimos do processo ora em análise. Nesta, a economia política do dólar, base da globalização nos anos 90, seguida pela crise do welfare-state e o reordenamento do lugar do capital financeiro no interior da acumulação de capitais —face à crise de convergência macroeconômica iniciada na década de setenta—, constituem os *elementos empíricos de transição da economia política do welfare-state para a economia política da globalização*.

Mais além desta base material, no entanto, teremos uma preocupação tipicamente oitocentista associada a uma orientação teórica mais adequada ao nosso objeto de

análise. Referimo-nos neste ponto ao que dissemos anteriormente acerca dos iluministas *descortinarem a percepção do tempo como fundante do fato econômico enquanto um fato histórico*. Esta é, em síntese, a definição mais acabada para a nossa visão do que se constitui a economia política aplicada à temática da globalização.

Resta-nos, então, aclarar a forma de associação do fator “tempo” na construção do nosso objeto, a economia política da globalização. E a chave desta compreensão está na análise do capital financeiro enquanto um ente social capaz de moldar totalmente a economia política da globalização. Daí a formulação de nossa segunda definição do que venha a ser a globalização:

2a. DEFINIÇÃO: A economia política da globalização é um desdobramento das transformações do capital financeiro na crise de convergência macroeconômica ocorrida nos anos setenta e posterior adoção de políticas de “estabilização” que restabeleceram a hegemonia norte-americana na ordem econômica internacional.

A compreensão da economia política da globalização ganha um contorno definido ao ser vista como uma interseção de um *processo de “longa duração”* (a existência da sobre-determinação financeira, definida logo em seguida) vinculado à um *reordenamento da economia mundial a partir dos anos oitenta* (retomada da hegemonia nas relações econômicas internacionais por parte dos EUA). Trataremos destes dois aspectos separadamente.

A capacidade que o capital financeiro possui em condicionar a acumulação do capital como um todo é o que chamaremos

de SOBREDETERMINAÇÃO FINANCEIRA.⁷ Conceituaremos como sobre-determinação financeira à nova forma que assumiu o valor das mercadorias no interior das transformações do capitalismo a partir do último quartel do século XIX. Dentro dela estará ainda presente a produção como fonte de valor única mas, na aparência, não mais repousará nesta a *manifestação do valor das mercadorias*. Isto permitiu que sobre o ambiente financeiro fossem desenvolvidas relações que concorrem em termos de importância para a determinação da taxa de lucro. Basicamente, a taxa de juros torna-se um fator preponderante na determinação da taxa de lucro do capital produtivo

⁷O conceito de sobre-determinação de uma estrutura social sobre a outra foi retirado da caracterização que Perry Anderson fez da composição e natureza do Estado no período de transição do feudalismo para o capitalismo. Nesta análise o autor chega à conclusão de que tal Estado é na realidade feudal, e não capitalista. Mas existia uma lógica não contida nos pressupostos deste Estado: ele não era exclusivamente feudal, muito embora tenha sido criado para manter a dominação da nobreza sobre o campesinato numa outra dimensão diferente da relação de servidão típica. O autor define a natureza desta nova instituição dentro dos limites do modo de produção feudal como estando sobre-determinada pela lógica do capitalismo, pois a dinâmica da institucionalização de diversas práticas feudais transformadas em renda monetária está condicionada por uma negatividade das relações sociais de produção que deram vida a esta mesma institucionalização. O Estado manteve estas relações em essência feudais, mas elas se concretizavam como uma negação deste modo de produção, através das rendas monetárias pagas em lugar da prestação dos serviços. De forma análoga, pressupomos que o capital financeiro impõe ao capitalismo como um todo uma dinâmica que não lhe é originária, e esta situação altera os fundamentos do sistema, tal como o Estado introduziu modificações nas relações servis. [Anderson, 1985: 15-57].

e, simultaneamente, da determinação dos preços das mercadorias.

A sobredeterminação financeira assim estabelecida produziu a capacidade do capital financeiro condicionar todas as frações do capital (o capital industrial, o capital comercial e o capital agrário) internamente a um Estado Nacional e também acima das fronteiras nacionais, ou seja, em escala planetária.

Após a 2ª. Guerra Mundial a economia internacional foi articulada em bases nacionais, interligadas pelo único vínculo material possível àquela altura, a moeda norte-americana, o dólar. Dentro deste espectro, cujas linhas gerais de funcionamento são de amplo conhecimento, forjaram-se os principais elementos que, uma vez “provocados” pela crise do welfare-state na década de setenta, não mais obtiveram o pleno êxito no estabelecimento equilibrado das relações econômicas internas e externas aos Estados Nacionais. Isto produziu a necessidade de transformações político-institucionais internas a todos os Estados Nacionais componentes do mercado mundial que foram batizadas de “ajustes”. Firma-se aí uma importante nuance da montagem da economia política da globalização: ela foi estabelecida a partir das bases materiais da economia política do welfare-state e ajustados a termos caros para a existência do capitalismo, qual seja a idéia de mercado.

A partir de então os principais alicerces de estruturação das inovadoras políticas macroeconômicas dos Estados Nacionais colocaram a questão concreta de “condução” da nova economia globalizada, ou que se pretendia globalizar. Globalização, neste sentido, *é tanto uma expressão que denuncia uma realidade empiricamente obser-*

vável quanto um projeto de estabelecimento da continuidade das mesmas bases de dominação política e econômica internacionais firmadas após a 2ª. Guerra Mundial.

Em nosso entendimento o legado da economia política do welfare-state para a economia política da globalização está no fato de que a “montagem” básica da economia globalizada foi formulada pelas instituições e práticas (nacionais e internacionais) do estado-de-bem-estar. A crise de convergência macroeconômica (a estagflação nos anos setenta) produziu um reordenamento de vários elementos institucionais dos Estados Nacionais o que, a partir de certo momento, aperfeiçoou o “nível de globalização” já constituído.

Neste processo o “choque dos juros” em 1979 foi o fator fundamental de reordenação das relações econômicas internacionais, iniciando, simultaneamente, a recondução dos EUA na liderança dos Estados Nacionais capitalistas.

A Economia Política da Globalização nos dias Atuais: A Globalização Conduzida Diríamos que a globalização existente até os anos setenta era “espontânea”. Ela estava moldada por mecanismos pouco precisos de interligação entre as economias nacionais definidos pelas instituições do pós-guerra (basicamente FMI, Banco Mundial e o GATT) e operacionalizadas pela economia política do dólar. Todo o intenso cenário de questionamento da hegemonia norte-americana, formada pelo consenso estabelecido no imediato pós-guerra —situação manifestada por situações críticas como a descolonização, as freqüentes crises cambiais e a estagflação, a derrota política dos EUA na

Guerra do Vietnã, a ampliação do mundo socialista com a incorporação de ex-colônias portuguesas, a crise do petróleo e a acumulação de liquidez em moeda forte por parte dos membros da OPEP, etc.—, produziu um abalo profundo na “globalização espontânea” existente àquela altura.

Uma nova correlação de forças só viria a ser estabelecida a partir da elevação das taxas de juros internas pelos EUA em 1979. Neste momento inicia-se uma caminhada que colocará o capital financeiro no centro de um processo de reordenamento econômico e político-institucional que exporá de forma clara e inequívoca a pertinência da associação entre a economia política da globalização com este ente social. Todos, absolutamente todos, os Estados Nacionais com predominância do capitalismo—e mesmo alguns pertencentes ao mundo socialista, que possuíam dívidas em moeda forte com as economias capitalistas avançadas—tiveram que conjugar a partir daquela data as possibilidades de seu desenvolvimento com as novas condições ditadas globalmente pelo Estado Nacional líder num processo feroz tanto de revalorização de sua moeda nacional quanto do seu poder político no cenário internacional. Esta situação foi a criadora de uma nova necessidade: a “globalização conduzida”.

A “globalização conduzida” firma-se quando as bases mais largas de reordenamento das principais normas de funcionamento da economia mundial a partir das diretrizes temporais estabelecidas pelas políticas públicas norte-americanas foram consolidadas, fato expresso no acordo do Plaza Hotel em 1985. Se até aquele momento os problemas enfrentados pela globalização foram a formação do novíssimo mer-

cado mundial a partir da solução da crise de convergência macroeconômica que afetava as economias nacionais, a questão agora é (uma vez resolvido o primeiro impasse) a definição de parâmetros previamente estabelecidos para colocar em funcionamento sem os riscos sociais e políticos que existiram anteriormente o fluxo quase ilimitado de capitais. Tais fundamentos contam com ampla negociação no interior dos organismos multilaterais de normas para reger o funcionamento de uma economia mundial globalizada. Estes reforçaram o seu papel como “agentes indutores” de uma globalização que se pretende desenvolver.

Constrói-se então, a partir da segunda metade dos anos oitenta, a instrumentalização da gestão da economia que se pretendia ser globalizada a partir da economia política do welfare-state, da sua crise e do início da superação desta. Sobre este substrato é que se desenvolverá a economia política da globalização. *Ela reflete mais a necessidade de se projetar no futuro uma economia globalizada do que a existência naquele momento desta realidade.* Certamente surge daí a necessidade do uso social de uma expressão como a “globalização”. Ela representa, no senso comum, um processo espontâneo e inequívoco do estabelecimento da economia de mercado. Por outro lado, como estamos tentando demonstrar, ela pratica a “condução” da economia globalizada ou que se pretende globalizar. Isto seria por si só uma contradição com o princípio anterior.

É neste contexto que a economia política da globalização encontra-se no presente. Depois de estabelecer as bases uma da vida social necessária para que surgisse uma economia amplamente interconectada em

várias dimensões — *afísica*, com a incorporação de quase todo o planeta na economia capitalista, a *cultural*, com a expansão quase que sem fronteiras dos valores e da indústria cultural norte-americana, a *ideológica*, através do estabelecimento dos padrões de vida e consumo do *american way of life*, a *política*, com a “americanização” da vida partidária dos Estados Nacionais que passaram a ter um sistema político dual, etc. — a economia política da globalização prescinde agora de um ordenamento mais preciso e atento ao intenso fluxo de capitais transnacionais que preside a atividade econômica de todas as economias nacionais.

Exemplo cabal do que estamos afirmando é a discussão travada no seio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para garantir politicamente a taxa de lucro dos capitais investidos nos Estados Nacionais que os recebem. O Multilateral Agreement of Investment (MAI), de ampla repercussão na imprensa especializada, é a demonstração viva do que estamos falando. Ele procura impor pré-requisitos para que as economias nacionais receptoras de investimentos estejam aptas a abrigar capitais. Isto ocorre para garantir não só a própria existência da relação social do lucro mas também toda a demanda por parte dos proprietários de capitais para uma alta remuneração deste. O MAI representa, de fato, a *indução* de uma taxa de lucro aceitável para os investidores. O MAI é mais do que o simples direito à propriedade; é uma espécie sofisticada de “direito ao retorno do investimento”, ou, antes, o direito a uma taxa de lucros assegurada longe de injunções políticas. Esta seria uma forma de despolitizar o mercado, meta almejada pelos apologistas extremados da globalização.

Muito embora a economia política da globalização induza a formação de relações econômicas multilaterais, o MAI, forma materialmente concreta que vai tomando a construção desta, elabora de fato uma esdrúxula ordem internacional baseada no “*bilateralismo multilateral*”. Nesta dois blocos de países — os que são *investidores* e os que *recebem os investimentos* — digladiam-se no mercado mundial globalizado em torno da manutenção de elevadas taxas de lucro. Uns tentam manter mais alto possível o retorno dos investimentos realizados; os outros acabam por sustentar com as suas parcas possibilidades este intento, único meio de manter um fluxo constante de recursos para o interior das suas economias nacionais.

A imperiosa necessidade da economia política da globalização conter instrumentos de intervenção draconianos como o MAI pode ser demonstrada pelo fato de que a imensa onda de investimentos em países considerados instáveis ou que ainda precisariam realizar completamente as “reformas estruturais”, cuja origem provem dos membros da OCDE, produzirá, caso não haja uma retorno claro e satisfatório expresso nos lucros obtidos nestes investimentos, problemas no balanço de pagamentos dos países investidores. Esta preocupação fica exposta no Gráfico 1, que demonstra um alto e crescente fluxo de saída de capitais nos últimos anos dos membros da OCDE.

Chegamos, enfim, ao centro da nossa visão sobre o processo contemporâneo da globalização da economia. Em nossa terceira definição procuramos dar viabilidade às teses iluministas de observação histórica do fato econômico. Nesta apontamos a variável “tempo” como um meio de compre-

ensão de uma relação social que aponta o mercado como um elemento central da sua constituição.

3a. DEFINIÇÃO – A Economia Política da Globalização é uma “Temporalidade” Específica do Funcionamento do Modo de Produção Capitalista.

Qualquer sociedade possui em seu interior uma dimensão temporal que relaciona o fim de um ciclo produtivo com o imediato início do outro. Nas sociedades pré-industriais a referência das estações do ano eram básicas para a compreensão do funcionamento da economia e da vida social. Mesmo depois do advento da grande indústria a agricultura continuava a impor o seu domínio no ciclo de vida do capital.

Mas o advento do capital financeiro, e a hegemonia desta fração do capital na acumulação como um todo, introduziu alterações imensas tanto na capacidade de reprodução material das sociedades capitalistas quanto na reprodução temporal destas. Não devemos pensar que a sobredeterminação financeira introduziu uma quantidade de tempo fixa ou matematicamente determinada para o funcionamento da economia. Ela apenas desenvolveu uma forma de operação do ciclo produção-realização-investimento baseada na necessidade do capital produtivo relacionar-se com a taxa de juros. Assim, toda forma de investimento produtivo enfrenta a concorrência de uma taxa de juros, o que produz uma certa oposição entre taxas de lucros distintas para a remuneração do capital como um todo.

Neste cenário está inserida a “temporalidade” do sistema econômico globalizado. E esta se articulou basicamente através da

taxa de juros norte-americana, pronta a qualquer momento a realizar a mesma operação deslanchada a partir de 1979, a indução temporal de toda acumulação de capitais contemporânea.

A ampla restauração da hegemonia norte-americana e da sua moeda nacional na economia mundial nos anos oitenta produziu a economia política da globalização. Foi nesta construção que a supremacia intrínseca do capital financeiro sobre o capital produtivo, a sobredeterminação financeira, foi plasmada numa sofisticada articulação de um espaço nacional específico com a economia mundial. Todo o processo de “financeirização” desenvolvida profundamente na formação da economia política da globalização está marcado pela orientação financeira oriunda dos EUA.

Mesmo que não exista nos dias atuais uma unanimidade quanto a possibilidade da dominação total norte-americana na condução dos destinos da formação da globalização, é indiscutível que a posição desta unidade nacional sempre apontará para uma “definição” no cenário econômico mundial através de sua política de elevação das taxas de juros.

Desde 1979, quando uma política agressiva nesta direção, o “choque de juros”, foi praticado pela primeira vez, os EUA remetem-se a esta prática como um último recurso a ser lançado mão quando algum fenômeno inesperado que ocorra no mercado mundial produza efeitos indesejados pela orientação econômica neoliberal. Esta política é uma flagrante intervenção do Estado na economia.

Assim, a temporalidade da economia política da globalização apresenta-se como um instrumento prático de funcionamento

da economia mundial face a remuneração do capital financeiro investido nos EUA. Isto em si é o “tempo” da globalização.

A “praxis” do Mercado: A essência Temporal da Economia Política da Globalização

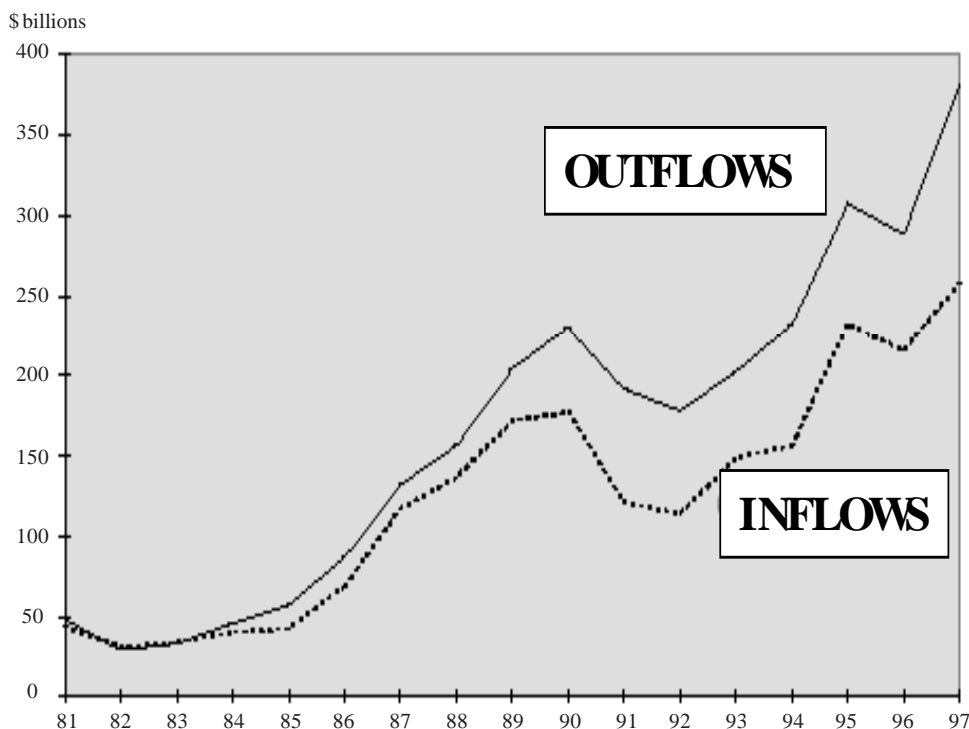
O mercado como balizador de uma nova intervenção do Estado na economia

Pelo exposto, procuramos demonstrar que a globalização é um processo em curso, não uma panacéia já pronta para ser usada. Ela inicia a sua construção num momento ante-

rior à formulação da expressão “globalização”.

A economia política da globalização enseja, na prática, uma inversão dos termos concretos da relação entre o público e o privado vivenciado em toda a História do capitalismo. Se até o presente momento a preocupação dos liberais era a de limitar a intervenção do Estado na economia (leia-se mercado), com a globalização o mercado é que estabelece uma intervenção no Estado! E mais do que isso, as flagrantes pressões para que as políticas públicas protejam a

GRÁFICO 1
OCDE – TOTAL DOS FLUXOS DE INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS, 1981-1997



In: OCDE. Recent Trends in Foreign Direct Investment. p. 15 Extraído da Internet.

taxa de lucro do capital privado, como indicado na formulação do MAI, são acintosamente pautados na ótica do livre-mercado!

A “filosofia da práxis” do mercado e a economia política da globalização

Finalmente, devemos avaliar a forma desta aparente contradição ensejada pelo surgimento da economia política da globalização. Como articular tão profundamente a necessária incidência do mercado sobre a atividade econômica prescindindo da uma intervenção do Estado na economia?

Esta situação expõe o que chamamos de “práxis do mercado”. Isto indica que ao mercado são atribuídos significados concretos distintos da teoria pura, mas que, no entanto, guardam coerência com práticas concretas de articulação com a sobredeterminação financeira e não com o processo mais estrito de se pensar a economia como uma forma de produção-consumo. O senti-

do “gramsciano” de práxis, do uso no senso comum de uma conceituação que é praticada no cotidiano, ensejou o surgimento da expressão globalização. Isto induziu erroneamente ao desenvolvimento de uma sensação de que a globalização é algo absolutamente inovador. Mas se vista numa perspectiva histórica —o que em Gramsci seria a filosofia da práxis— a globalização aparecerá com articulações estruturais peculiares.

Neste sentido, o que chamamos de sobredeterminação financeira, que significa a correlação de forças que o capital financeiro estabeleceu com as demais frações de capital e com os Estados Nacionais é, em nosso entendimento, a alma da globalização. É a partir desta circunstância que deveremos assentar a compreensão tanto do processo de globalização quanto da própria necessidade da sociedade em geral lançar mão da expressão globalização propriamente dita.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Perry (1985) *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, Brasiliense.
- Belluzo, Luiz Gonzaga (1987) *Prefácio a RUBIN, Isaak Ilitich. A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Pólis.
- Campos, Roberto (1998) “A Globalização Revisitada”. em *Gazeta do Povo*, 7 de junho.
- Cassirer, Ernest (1992) *A Filosofia do Iluminismo*. São Paulo, Ed. da Unicamp.
- Desné, Roland (1974) “A Filosofia Francesa do Século XVIII” in *História da Filosofia*. Rio de Janeiro, Zahar, vol. 4.
- Dicionário Filosófico (1978) in *Voltaire*. São Paulo, Abril Cultural, 2a. ed. Coleção “Os Pensadores”.
- Falcon, Francisco (1986) *O Iluminismo*. São Paulo, Ática.
- Falcon, Francisco José Calazans (1982) *A Época Pombalina. Política econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo, Ática.
- Hobsbawm, Eric
— (1988) *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
— (1995) *A Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Cia. Das Letras.
- Ianni, Otacvio (1998) “A política mudou de lugar.” in: Dowbor, L., Ianni, O. E Resende, P.E.A. *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Vozes.
- Sachs, Ignacy “Amigo francês de Fernando Henrique condena a globalização” in *Jornal da Assef*. Órgão oficial da Associação dos Empregados de Furnas. Internet.
- Smith, Adam (1986) *Uma Investigação sobre as Causas da Riqueza das Nações*. s.l., Tecnoprint.